

LEIS - DECRETOS - PORTARIAS

LEIS

LEI Nº 8.056, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022.

Projeto de Lei nº 2879/2021 de autoria do Vereador Danilo Gomes.
Dispõe sobre colocação de ondulações transversais, quebra-molas, lombadas ou redutor de velocidade de concreto usinado na modalidade autônoma.

O Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a colocação de ondulação transversal, lombadas, quebra-molas ou redutor de velocidade em concreto usinado na modalidade autônoma, nas vias públicas na cidade de Guarulhos/SP.

Art. 2º A colocação de quebra-molas, lombadas, ondulação transversal ou redutor de velocidade nas vias públicas desta cidade, obedecerá integralmente às disposições do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, definidas na Resolução nº 600, de 24 de maio de 2016, ou nas que venham substituí-la, acompanhando suas atualizações.

Art. 3º Fica permitido que os munícipes, comerciantes, associações e moradores de bairros, instituições sem fins lucrativos, desde que feito em concreto usinado, possam doar gratuitamente mão-de-obra e todo material para colocação de ondulação transversal, lombadas, quebra-molas ou redutor de velocidade, Tipo A ou Tipo B, de acordo com a Resolução nº 600/2016 do CONTRAN, devendo atender às características constantes no Anexo II da Resolução, nos seguintes critérios:

I - a Administração Pública Executiva por intermédio da Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana (STMU), fornecerá estudo técnico e viabilidade para a implementação, projeto de engenheiro completo, quando a execução da lombada for feita pelas pessoas descritas no caput deste artigo:

a) será permitida a implantação, após vistoria técnica dos engenheiros responsáveis, e aprovação de execução da mão-de-obra autônoma;

II - a Prefeitura disponibilizará um técnico da Secretaria de Obras para acompanhamento e realização do serviço, que será feito em concreto com as especificações técnicas que melhor atenderem as necessidades:

a) se necessário quem for executar a obra, se responsabilizará pela estrutura modular de instalação;

III - todas sinalizações, verticais, horizontais e de solo serão instaladas imediatamente pela STMU, após conclusão da obra.

Art. 4º Fica proibida terceirização ou cobrança de mão-de-obra por qualquer das pessoas citadas no artigo 3º da presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das pessoas descritas no artigo 3º.

Art. 6º A Municipalidade dará ampla publicidade ao disposto nesta Lei em seus canais oficiais de comunicação.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarulhos, 20 de outubro de 2022.

GUSTAVO HENRIC COSTA

Prefeito

Registrada no Departamento de Assuntos Legislativos, da Secretaria de Governo Municipal, da Prefeitura de Guarulhos e afixada no lugar público de costume aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

EDMILSON SARLO - AMERICANO

Secretário de Governo Municipal

LEI Nº 8.057, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022.

Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 939/2021 de autoria da Vereadora Karina Soltur.

Altera a Lei Municipal nº 7.470, de 04 de maio de 2016, para fazer constar a Semana Municipal de Orientação à Adoção Consciente e ao Não Abandono de Animais.

O Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso VIII do art. 4º da Lei Municipal nº 7.470/2016 passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "u":

"Art. 4º (...)

VIII - Semanas comemorativas do mês de agosto:

(...)

u) Semana Municipal de Orientação à Adoção Consciente e ao Não Abandono de Animais, a ser comemorada anualmente na segunda semana do mês." (NR)

Art. 2º A Semana Municipal de Orientação à Adoção Consciente e ao Não Abandono de Animais tem as seguintes finalidades:

I - estimular a guarda e a proteção responsável dos animais, conforme previsto na legislação vigente;

II - incentivar a proteção e a defesa dos animais domésticos;

III - desenvolver a conscientização sobre a necessidade de adoção dos princípios da posse responsável dos animais;

IV - promover a defesa dos animais feridos e abandonados.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo, no que couber.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarulhos, 20 de outubro de 2022.

GUSTAVO HENRIC COSTA

Prefeito

Registrada no Departamento de Assuntos Legislativos, da Secretaria de Governo Municipal, da Prefeitura de Guarulhos e afixada no lugar público de costume aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

EDMILSON SARLO - AMERICANO

Secretário de Governo Municipal

LEI Nº 8.058, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

Projeto de Lei nº 2619/2019 de autoria do Vereador Paulo Roberto Cecchinato.

Autoriza a Prefeitura Municipal a instalação de lixeiras subterrâneas em espaços públicos.

O Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a instalação de lixeiras subterrâneas em espaços públicos indicados pela autoridade municipal competente para esse fim.

Art. 2º A Prefeitura instalará lixeiras subterrâneas nas calçadas, em locais previamente escolhidos pela sua proximidade com a rota de recolhimento do lixo doméstico e comercial.

§ 1º Cada grupo de lixeiras terá compartimentos separados.

§ 2º Os recipientes deverão ter capacidade suficiente para armazenar volume de resíduos compatível com a quantidade média de lixo recolhida na coleta doméstica e comercial no local.

§ 3º A coleta mecanizada deverá ser realizada com frequência suficiente para que os recipientes sejam constantemente esvaziados, de tal forma que não haja impedimentos para sua utilização.

§ 4º Abaixo da calçada, cada recipiente ficará armazenado em um compartimento separado, e deverá ter capacidade mínima para 1.000 litros.

§ 5º A Administração Pública divulgará e sinalizará o local onde forem instaladas as lixeiras subterrâneas.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarulhos, 24 de outubro de 2022.

GUSTAVO HENRIC COSTA

Prefeito

Registrada no Departamento de Assuntos Legislativos, da Secretaria de Governo Municipal, da Prefeitura de Guarulhos e afixada no lugar público de costume aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

EDMILSON SARLO - AMERICANO

Secretário de Governo Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA

VETADO.

MENSAGEM Nº 142, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **FAUSTO MIGUEL MARTELLO**
Presidente da E. Câmara Municipal de
GUARULHOS

1. Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e dignos Pares que usando da faculdade conferida pelos artigos 44, § 1º, e 63, VI e VII, ambos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, **SANCIONO o Autógrafo nº 067/2022**, correspondente ao **Projeto de Lei nº 2.619/2019**, de autoria do nobre Vereador Paulo Roberto Cecchinato, porém, vetando na íntegra o artigo 3º e respectivo "termo de referência" pelas razões a seguir expostas.

2. Louvável a iniciativa do nobre Edil, autor do Projeto de Lei nº **2.619/19**, que dispõe sobre: **"Autoriza a Prefeitura Municipal a instalação de lixeiras subterrâneas em espaços públicos"**.

3. Ouvidos, a Secretaria de Serviços Públicos, a Secretaria de Meio Ambiente e a Procuradoria Geral do Município manifestaram-se pelo veto à propositura em razão das ponderações técnicas e jurídicas a seguir explanadas.

4. Preliminarmente, constata-se que a matéria constitui medida administrativa típica de gestão reservada ao Poder Executivo, padecendo de inconstitucionalidade formal e material e, ainda, que a natureza "autorizativa" da lei não encontra sentido no ordenamento jurídico, vez que o Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva ou mesmo concorrente competência, o que torna manifestamente inconstitucional a propositura.

5. A Secretaria de Serviços Públicos, no âmbito de suas atribuições manifesta-se pela inviabilidade técnica do disposto no artigo 3º e respectivo "Termo de Referência", por tratar-se de normas e citações técnicas elaboradas de forma genérica, sem levar em conta as peculiaridades e especificações das áreas públicas a serem contempladas com a instalação do equipamento nos termos do artigo 1º do Autógrafo em questão.

"Art. 1º Fica autorizada a instalação de lixeiras subterrâneas em espaços públicos indicados pela autoridade municipal competente para esse fim."

6. A instalação das lixeiras subterrâneas deverá observar necessidades específicas e de alternativas de modelos diferenciados. Portanto, evidencia-se que a análise de viabilidade técnica e financeira deverá ser diferenciada para cada área ou região de implantação, mediante a elaboração de projetos específicos, detalhados de acordo com o uso do solo, leis de zoneamento e capacidade técnica operacional e financeira, a critério da autoridade competente.

7. A Secretaria de Meio Ambiente, no que compete ao Departamento de Gerenciamento Ambiental, informa que as áreas destinadas à implantação das lixeiras subterrâneas deverão passar previamente por avaliação, a fim de que não ocorra intervenção em áreas ambientalmente protegidas por lei e/ou estejam inseridas em áreas contaminadas.

8. Salienta, também, que as espécies arbóreas existentes na área, deverão preferencialmente ser mantidas. Entretanto, caso haja a necessidade de intervenção em qualquer indivíduo arbóreo e/ou vegetação nativa deverá ser observada as disposições da Lei nº 4.566, de 03/05/94, que dispõe sobre vegetação do porte arbóreo; vegetação de preservação; disciplina a supressão, a poda, o replantio, o uso adequado e planejado das áreas revestidas de vegetação e dá outras providências; da Lei nº 6.551, de 24/08/09, que institui o Programa Ilhas Verdes - PIV no Município de Guarulhos e dá providências correlatas; da Lei nº 7.343, de 22/12/14, que dispõe sobre as diretrizes gerais do Licenciamento Ambiental Municipal; institui o Sistema Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências; bem como, do Decreto Municipal nº 34.633, de 21/12/17, que dispõe sobre os critérios e procedimentos de compensação ambiental pelo manejo de espécies arbóreas por poda, corte, transplante ou qualquer outra intervenção ao meio ambiente, disciplina as infrações ambientais e sanções administrativas pelo não atendimento do presente instrumento e dá outras providências, assim como da Resolução SIMA nº 80, de 16/10/2020, além de legislações correlatas e normas referentes à poda, transplante e/ou supressão de vegetação. Deverá, também, ser solicitada prévia avaliação e análise, mediante apresentação de Projeto de Manejo Arbóreo para viabilidade da emissão da Autorização Ambiental (AA), associada ao Termo de Compromisso Ambiental (TCA).

9. Esclarece, por fim, que nas hipóteses em que para a instalação das lixeiras subterrâneas, houver a necessidade da realização de obras de escavação e de rebaixamento de lençol freático, será obrigatório requerer, previamente, manifestação técnica da Secretaria de Obras do Município.

10. Em síntese, para a instalação das lixeiras subterrâneas recomenda-se que os projetos propostos em praças públicas, passem pela análise e deliberação da equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente, para que sejam analisadas as intervenções necessárias no local de implantação, bem como interferências que possam ocorrer nos projetos em desenvolvimento. Recomenda, também, a inclusão da elaboração de teste de estanqueidade periódico a fim de monitoramento e prevenção de possíveis vazamentos que por ventura venham a ocorrer evitando a contaminação do solo e lençol freático. Por fim, que sejam observadas as legislações ambientais vigentes, bem como da necessidade de avaliação ambiental junto a Secretaria de Meio Ambiente.

11. Analisando a matéria sob o aspecto jurídico, a Procuradoria de Consultoria Jurídica, posicionou-se pelo veto, ressaltando que, em que pese à louvável intenção do N. Legislador verifica-se que o referido Autógrafo padece de vícios de inconstitucionalidade formal e material.

12. A inconstitucionalidade formal se configura sempre que uma lei ou um ato normativo achar-se em desconformidade com o texto constitucional, no tocante às regras que disciplinam o devido processo legislativo - tanto em relação à competência para a deflagração da atividade legiferante (inconstitucionalidade formal subjetiva ou orgânica), quanto no que concerne ao procedimento fixado para a elaboração, alteração ou substituição das espécies legais (inconstitucionalidade formal objetiva ou propriamente dita).

13. A iniciativa de leis que disponham: (i) sobre a criação, estrutura, atribuições, funcionamento, planejamento, regulamentação e gerenciamento de órgãos e serviços públicos da administração pública municipal; (ii) sobre a estrutura, planejamento, organização e funcionamento da administração municipal; e (iii) a criação ou aumento de despesa pública, pertence ao Chefe do Poder Executivo. Trata-se de iniciativa privativa e indelegável.

14. No caso vertente, o Autógrafo violou a prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, imiscuindo-se, de forma inconstitucional na prática de atos de administração, agredindo a prerrogativa de auto-organização do Poder Executivo Municipal.

15. Essa sistemática normativa, de acordo com disposto no artigo 47, incisos II, XI, XIV e XIX todos da Constituição Estadual¹, aplicáveis aos Municípios por força do artigo 144 da referida Carta², deveria decorrer da iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

16. Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração municipal, disciplinando sobre a criação de política pública específica.

17. Por outro lado, a inconstitucionalidade material perfaz-se quando o conteúdo de uma lei ou ato normativo não guarda a necessária congruência com algum preceito e/ou princípio contido no texto da Constituição (Estadual ou Federal). Assim, aquele ato normativo que afrontar qualquer preceito ou princípio da Constituição Paulista deve ser declarado inconstitucional.

18. O princípio da independência e harmonia entre os poderes está incorporado à Constituição do Estado, não elidindo esta assertiva o reconhecimento de que, em face da Constituição da República vigente, não seja permitido ao Estado-Membro da Federação dispor diferentemente (artigo 25, caput e inciso IV do artigo 34 da Constituição Federal de 1988).

19. É ponto pacífico na doutrina, bem como, na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público de outro lado, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

20. A inconstitucionalidade do Autógrafo em questão decorre também da violação da regra da separação de poderes, prevista nos artigos 5º e 47, II e XIV, ambos da Constituição Paulista e aplicáveis aos Municípios conforme previsto no artigo 144 do mesmo diploma legal.

21. Assim, o Autógrafo nº 067/2022, ao atribuir novas obrigações ao Poder Executivo, invade esfera da gestão administrativa, que cabe ao Poder Executivo, envolvendo o planejamento, a direção, a organização e a execução de atos de governo, afrontando o princípio de separação de poderes.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Esta publicação é Certificada Digitalmente, acesse o guia de Certificação Digital: diariooficial.guarulhos.sp.gov.br.

Caso haja necessidade de cópias autenticadas em papel, contate a Chefia de Gabinete do Prefeito do Município de Guarulhos, no endereço abaixo:

Av. Bom Clima, 91 - Bom Clima - Guarulhos - SP

PORTARIAS

Em, 25 de outubro de 2022.

PORTARIA Nº 2945/2022-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o disposto no Decreto nº 34.980/2018 e o que consta do memorando nº 451/2022-SSP12, **DELEGA** com ônus à Municipalidade, no período de 21.11.2022 a 25.11.2022, o servidor **Reinaldo Cruz Lima** (código 51008), Chefe de Divisão Técnica (350), para responder cumulativamente pelas atribuições do cargo de **Diretor de Departamento** (302), lotado na SSP12, no impedimento de Ed Emerson Alexandre dos Santos.

PORTARIA Nº 2946/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, **EXONERA** do serviço público municipal, o servidor **Flavio Silva de Aquino** (código 71923), **Assessor Especial** (622-91), lotado na SGE, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo de 10 (dez) dias da publicação desta Portaria, para dar quitação à rescisão funcional, bem como apresentação da declaração de bens e valores nos termos do inciso III, artigo 5º do Decreto Municipal nº 38.072/2021.

PORTARIA Nº 2947/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, **EXONERA** do serviço público municipal, a servidora **Ana Sarah Alves de Oliveira Silva** (código 74799), **Assessor de Políticas Governamentais** (623-125), lotado na SGE, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo de 10 (dez) dias da publicação desta Portaria, para dar quitação à rescisão funcional, bem como apresentação da declaração de bens e valores nos termos do inciso III, artigo 5º do Decreto Municipal nº 38.072/2021.

PORTARIA Nº 2948/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, **EXONERA** do serviço público municipal, o servidor **Thallyson Antonio Santos de Queiroz** (código 72749), **Assessor de Políticas Governamentais** (623-14), lotado na SJU, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo de 10 (dez) dias da publicação desta Portaria, para dar quitação à rescisão funcional, bem como apresentação da declaração de bens e valores nos termos do inciso III, artigo 5º do Decreto Municipal nº 38.072/2021.

PORTARIA Nº 2949/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, **SUSTA** a pedido, os efeitos da Portaria nº 564/2018-GP, que designou o servidor **Oscar Rodolfo Hidalgo** (código 46212), para exercer as funções de **Chefe de Divisão Técnica** (350-89), lotada na SGE01.03.

PORTARIA Nº 2950/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, **TORNA SEM EFEITO** a Portaria nº 2.465/2022-GP, referente à senhora **Bruna Gabriela Nascimento da Silva**.

PORTARIA Nº 2951/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, **TORNA SEM EFEITO** a Portaria nº 2.466/2022-GP, referente ao senhor **Ricardo Tomé Maeda de Lima**.

PORTARIA Nº 2952/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, **TORNA SEM EFEITO** a Portaria nº 2.936/2022-GP, referente ao senhor **Severino Lima Brito**.

PORTARIA Nº 2953/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o artigo 31 da Lei Municipal nº 6.814/2011, Lei Municipal nº 7.562/2017 e o que consta do memorando nº 64/2022-SC,

DESIGNA
Servidor (a): Marcos Roberto José da Silva (código 46271) (396);
Para: Chefe de Seção Administrativa (353-296), lotada na SCS01.02.01;
Decorrência: sustação da designação de Marli Neves Santos, sustando-se a Portaria nº 2.038/2022-GP.

PORTARIA Nº 2954/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o artigo 31 da Lei Municipal nº 6.814/2011, Lei Municipal nº 7.562/2017 e o que consta do memorando nº 61/2022-SGM,

DESIGNA
Servidor (a): Patricia Modesto Cirilo (código 28579) (396);
Para: Chefe de Seção Administrativa (353-189), lotada na SGM00.01.02;
Decorrência: sustação da designação de Nanci Caruso, sustando-se a Portaria nº 1.900/2022-GP.

PORTARIA Nº 2955/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o artigo 31 da Lei Municipal nº 6.814/2011, Lei Municipal nº 7.562/2017,

DESIGNA
Servidor (a): Carlos Henrique Pires Neto (código 74800) (438);
Para: Chefe de Divisão Técnica (350-89), lotada na SGE01.03;
Decorrência: sustação da designação de Oscar Rodolfo Hidalgo.

PORTARIA Nº 2956/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.429/1968,

NOMEIA
 Senhor(a): Vladiane Lima do Nascimento Pedroso - RG 60.223.136-X, CPF 024.833.263-58, devendo entrar em contato pelo e-mail atendimento@guarulhos.sp.gov.br para iniciar os procedimentos de ingresso. O e-mail deverá conter obrigatoriamente seu nome completo, telefone de contato e a foto do RG e CPF.
Para o cargo em comissão: Assessor de Políticas Governamentais (623-14), lotado na SJU.
Vaga: exoneração de Thallyson Antonio Santos de Queiroz.

PORTARIA Nº 2957/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.429/1968,

NOMEIA
 Senhor(a): Daniela Theodoro Gonçalves, devendo entrar em contato pelo e-mail atendimento@guarulhos.sp.gov.br para iniciar os procedimentos de ingresso. O e-mail deverá conter obrigatoriamente seu nome completo, telefone de contato e a foto do RG e CPF.
Para o cargo em comissão: Assessor de Políticas Governamentais (623-96), lotado na COMPDEC.
Vaga: torna sem efeito de Bruna Gabriela Nascimento da Silva.

PORTARIA Nº 2958/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.429/1968,

NOMEIA
 Senhor(a): Cassiano Ortega Silveira, devendo entrar em contato pelo e-mail atendimento@guarulhos.sp.gov.br para iniciar os procedimentos de ingresso. O e-mail deverá conter obrigatoriamente seu nome completo, telefone de contato e a foto do RG e CPF.
Para o cargo em comissão: Assessor de Políticas Governamentais (623-72), lotado na SO.
Vaga: torna sem efeito de Ricardo Tomé Maeda de Lima.

PORTARIA Nº 2959/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.429/1968,

NOMEIA
 Servidor(a): Maria da Anunciação D Araújo (código 71185), devendo entrar em contato pelo e-mail atendimento@guarulhos.sp.gov.br para iniciar os procedimentos de ingresso. O e-mail deverá conter obrigatoriamente seu nome completo, telefone de contato e a foto do RG e CPF.
Para o cargo em comissão: Assessor de Gabinete (620-103), lotado na CPDC.
Vaga: torna sem efeito de Severino Lima Brito, tomando-se sem efeito a Portaria nº 2.897/2022-GP e exonerando-se do cargo que ocupa atualmente.

PORTARIA Nº 2960/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.429/1968,

NOMEIA
 Senhor(a): Marcelo Henrique Bastos, devendo entrar em contato pelo e-mail atendimento@guarulhos.sp.gov.br para iniciar os procedimentos de ingresso. O e-mail deverá conter obrigatoriamente seu nome completo, telefone de contato e a foto do RG e CPF.
Para o cargo em comissão: Assessor Especial (622-91), lotado na SGE.
Vaga: exoneração de Flavio Silva de Aquino.

PORTARIA Nº 2961/2022-GP

MAURICIO SEGANTIN, Chefe de Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 38.197/2021, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município, Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.429/1968,

NOMEIA
 Senhor(a): Anderson Isaias de Almeida - RG 35.177.460, CPF 302.193.168-56, devendo entrar em contato pelo e-mail atendimento@guarulhos.sp.gov.br para iniciar os procedimentos de ingresso. O e-mail deverá conter obrigatoriamente seu nome completo, telefone de contato e a foto do RG e CPF.
Para o cargo em comissão: Assessor de Políticas Governamentais (623-125), lotado na SGE, devendo atuar na SDAS.
Vaga: exoneração de Ana Sarah Alves de Oliveira Silva.

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

ATO nº 033, de 21/10/2022
 O Diretor de Assuntos Legislativos, no uso das atribuições do cargo em conformidade com o disposto no artigo 201 da Lei nº 7.550, de 19/04/2017, PUBLICA o Projeto de Lei nº 2.985/2022, de iniciativa do Poder Executivo, protocolado na Câmara de Vereadores conforme segue:

Projeto de Lei nº 2.985/2022.

Altera a Lei nº 6.056, de 24/02/2005, no que concerne ao Plano de Equilíbrio para amortização do déficit atuarial do Plano Previdenciário Capitalizado do Regime Próprio de Previdência do Município de Guarulhos e revoga o Anexo Único da Lei nº 7.977, de 28/12/2021.

Art. 1º O artigo 70-E da Lei nº 6.056, de 24/02/2005, com a redação dada pela Lei nº 7.977, de 28/12/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
 "Art. 70-E. Fica estabelecido o Plano de Equilíbrio para amortização do déficit atuarial do Plano Previdenciário Capitalizado do Regime Próprio de Previdência do Município de Guarulhos, visando à garantia do perfeito equacionamento do plano de benefícios.

§ 1º O plano de equacionamento do déficit atuarial deverá ser revisto sempre que a avaliação atuarial indicar a necessidade de majoração da alíquota de contribuição complementar.
 § 2º Apurado déficit técnico em cálculo atuarial do plano previdenciário mencionado no caput deste artigo, os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo do Município deverão apreciar o plano de amortização para equacionamento do déficit.
 § 3º Na hipótese de constatação de superávit técnico em cálculo atuarial do plano previdenciário mencionado no caput deste artigo, não será devido o pagamento do plano de amortização de equacionamento de déficit, após a comunicação formal do IPREF." (NR)

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo Único da Lei nº 7.977, de 28/12/2021.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarulhos, 19 de outubro de 2022.

GUSTAVO HENRIC COSTA

Prefeito

Exposição de Motivos
 Excelentíssimo Senhor
VEREADOR FAUSTO MIGUEL MARTELLO
 Presidente da E. Câmara Municipal de
GUARULHOS

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e ilustres Pares para exame, discussão e votação, o incluso Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.056, de 24/02/2005, no que concerne ao Plano de Equilíbrio para amortização do déficit atuarial do Plano Previdenciário Capitalizado do Regime Próprio de Previdência do Município de Guarulhos e revoga o Anexo Único da Lei nº 7.977, de 28/12/2021, conforme estudos constantes no processo administrativo nº 52.506/2022.

Os Regimes Próprios de Previdência têm por princípio basilar o equilíbrio financeiro e atuarial conforme prescreve o artigo 40 da Constituição Federal.

A aferição da saúde desse sistema se dá através da avaliação atuarial realizada anualmente e posituada na Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022. Da mesma forma, os mecanismos de equacionamento do déficit atuarial quando ele surge também devem observar esse dispositivo.

Nesse sentido, a avaliação realizada com a data focal de 31/12/2021 apurou que o plano capitalizado, que estava deficitário na avaliação anterior, apresentou um superávit de R\$ 125.179.756,00 (cento e vinte e cinco milhões, cento e setenta e nove mil e setecentos e cinquenta e seis reais), o que significa que atualmente o sistema se encontra equilibrado e capaz de cumprir com o pagamento dos seus benefícios futuros.

O parecer atuarial apontou o seguinte resultado:
 "Na posição de 31.12.2021, apuramos superávit técnico no montante de R\$ 334.840.205,65, considerando a contribuição complementar para equacionamento de déficit apurado no exercício anterior, conforme a Lei 7977/2021. Considerando a suspensão da contribuição complementar, o plano permanece com superávit técnico de R\$ 125.179.756,00, destinado à constituição da reserva de contingência para cobertura de benefícios."

O mesmo parecer atuarial propõe que o plano de custeio a ser implementado e as medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial seja estabelecido da seguinte forma:

"Em vista do resultado superavitário apurado na posição de 31.12.2021 o plano de custeio deverá considerar as seguintes alíquotas:
 Contribuição Normal: 34,75%
 Contribuição Suplementar: 0%"

Como contribuição temos que 20,75% se refere à participação do ente federativo (patronal) e 14,00% participação dos segurados (servidores ativos, inativos e pensionistas).

Diante da expressa recomendação contida no parecer técnico atuarial, o plano de amortização proposto pela Lei nº 7.977, de 28/12/2021, deve ser revisto, determinando-se a sua suspensão.

De se ressaltar que todo o arcabouço normativo dos Regimes Próprios de Previdência assegura que esse cenário (equilíbrio ou déficit), por ser avaliado anualmente, seja revisto ano a ano para que, em caso de alteração no quadro atuarial a legislação do ente seja ajustada para acompanhar e implantar as medidas pertinentes.

Segue para a devida apreciação dos nobres Vereadores a deliberação favorável da Presidência do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos - IPREF referente à proposição em questão.

Em face da inegável relevância e do interesse público que a matéria abrange, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei em conformidade com o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, em regime de urgência.

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do projeto na forma proposta, renovando protestos de elevado apreço.

Guarulhos, 19 de outubro de 2022.

GUSTAVO HENRIC COSTA

Prefeito

- Retificar a Portaria nº. 235/2022-SE, item 2, no que diz respeito a servidora **Floriza Garcia Chagas (código 44849)**, para fazer constar que a Portaria de sustação correta é **127/2020 SGMSAI/DRA**.

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROREDE "PROGRAMA DE RECURSOS EDUCACIONAIS DESCENTRALIZADOS"

O Secretário de Educação, **Sr. Alex Viterale**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e no cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e §3º do artigo 2º da Lei Municipal nº 7.270/2014, torna pública a presente justificativa da Inexigibilidade de Chamamento Público, na seguinte forma:

OBJETO: O presente extrato tem por objetivo a publicação da Inexigibilidade de Chamamento Público que tem por finalidade a celebração do Termo de Colaboração entre o Município de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e o CONSELHO ESCOLAR EPG PIMENTAS, tendo por objeto a colaboração técnica e financeira visando disciplinar esforços conjuntos a serem realizados pelo município e entidade parceira, para promover o desenvolvimento do ensino público e gratuito na unidade educacional em que o Conselho Escolar atua e se vincula como instituição auxiliar, mediante a implementação do Programa de Recursos Educacionais Descentralizados - PROREDE

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 31 da Lei 13.019/14 e §2º do artigo 2º da Lei Municipal nº 7.270/2014.

JUSTIFICATIVA: A inexigibilidade de Chamamento Público dar-se-á em razão do Conselho Escolar estar vinculado à sua respectiva unidade escolar, o que inviabiliza a competição entre Conselhos Escolares, destacando que as metas constantes no Plano de Trabalho somente podem ser atingidas pelo referido Conselho Escolar por força do Decreto Municipal nº 38691/2022, fato que se amolda ao permissivo legal da inexigibilidade. O CONSELHO ESCOLAR EPG PIMENTAS, é Organização da Sociedade Civil (OSC) regularmente constituído sob a forma de entidade privada, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, para auxiliar a unidade educacional a qual se vincula, prestando assistência financeira, em caráter suplementar, nos termos autorizados pela Lei Municipal nº 7.270/2014, que instituiu no município o Programa de Recursos Educacionais Descentralizados - PROREDE.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1924/2022-SESE08 - **PA 5485/2022** - **ASSINATURA** 19/10/2022 - **PRAZO:** 60 (sessenta) meses a contar da assinatura do Termo de Colaboração.

VALOR: R\$ 349.110,00 (trezentos e quarenta e nove mil, cento e dez reais), sendo:

89.822,00 para o exercício de 2022
64.822,00 para o exercício de 2023
64.822,00 para o exercício de 2024
64.822,00 para o exercício de 2025
64.822,00 para o exercício de 2026

EXTRATO DO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO - PROREDE

O Secretário de Educação, **Sr. Alex Viterale**, no uso de suas atribuições legais, torna público, em cumprimento ao disposto no Artigo 38 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, o Aditamento do Termo de Colaboração por **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO** com base no Artigo 31 da referida Lei c/c com §3º do Artigo 2º da Lei 7.270/2014 - PROREDE, conforme segue:

EXTRATO: ADITAMENTO nº 06-1224/2018-SESE08 **PA** nº: 2846/2018 **Administração Pública Parceira:** Município de Guarulhos **Entidade Beneficiária:** CONSELHO EDUCACIONAL C.M.E. ADAMASTOR - **Objeto:** Colaboração Técnica e Financeira para promover o desenvolvimento do Ensino Público e Gratuito na Unidade Educacional - PROREDE - **Valor:** R\$ 250.000,00 - **Data de Assinatura:** 21/10/2022.

COMUNICADO

O Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, e considerando o despacho exarado pelo TCE/SP no processo nº 14631/026/13 e do constante no Processo Administrativo nº 39.796/2013, fls. 306/307, **TORNA SEM EFEITO** a publicação datada de 23 de setembro de 2022, a qual impedia a entidade **Associação Beneficente Nova Vida** de receber verbas de quaisquer dos órgãos da Administração Pública Municipal.

Alex Viterale
Secretário de Educação

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

SEÇÃO ADMINISTRATIVA DE AUTOS DE INFRAÇÃO E MULTAS - SM00.06.02
EDITAL DE AUTO DE MULTAS Nº 18/2022 - SM00.06.02

Para que produzam os devidos efeitos legais, o Departamento de Gerenciamento Ambiental (SM01) torna público o presente Edital, para constar o encaminhamento dos avisos de lançamentos abaixo relacionados, que serão enviados via correio aos autuados ou proprietários dos imóveis. A segunda via poderá ser emitida na central de Atendimento ao Cidadão ou através do site (www.guarulhos.sp.gov.br). O prazo para recorrer dos mesmos é de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação, após o que, implicará na inscrição dos débitos em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

PA. 24665/2022
Auto de Infração/NP nº 66489 - Lavrado em 05/05/2022
Inscr. Cadastral: 043.40.11.2150.00.000
AVISO Nº 2022.173.66489
PA. 24671/2022
Auto de Infração/NP nº 66402 - Lavrado em 05/05/2022
Inscr. Cadastral: 043.40.11.2150.00.000
AVISO Nº 2022.165.66402
PA. 43765/2020
Auto de Infração/NP nº 66167 - Lavrado em 16/12/2020
Inscr. Cadastral: 062.85.81.0265.00.000
AVISO Nº 2022.165.66167
PA. 34409/2022
Auto de Infração/NP nº 74646 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0136.00.000
AVISO Nº 2022.173.74646
PA. 34409/2022
Auto de Infração/NP nº 74647 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0136.00.000
AVISO Nº 2021.165.74647
PA. 34409/2022
Auto de Infração/NP nº 74648 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0136.00.000
AVISO Nº 2022.165.74648
PA. 34409/2022
Auto de Infração/NP nº 74649 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0136.00.000
AVISO Nº 2022.165. 74649
PA. 14078/2022
Auto de Infração/NP nº 66478 - Lavrado em 10/03/2022
Inscr. Cadastral: 122.83.71.0001.00.000
AVISO Nº 2022.171.66478
PA. 52634/2021
Auto de Infração/NP nº 68442 - Lavrado em 23/12/2021
Inscr. Cadastral: 094.83.29.0001.00.000
AVISO Nº 2022.173.68442
PA. 52635/2021
Auto de Infração/NP nº 68443 - Lavrado em 23/12/2021
Inscr. Cadastral: 094.83.29.0001.00.000
AVISO Nº 2022.165.68443
PA. 34418/2022
Auto de Infração/NP nº 66510 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0194.00.000
AVISO Nº 2022.416.66510
PA. 34418/2022
Auto de Infração/NP nº 66511 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0194.00.000
AVISO Nº 2022.173.66511
PA. 34418/2022
Auto de Infração/NP nº 66512 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0194.00.000
AVISO Nº 2022.165.66512
PA. 34418/2022
Auto de Infração/NP nº 66513 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0194.00.000
AVISO Nº 2022.165.66513
PA. 34418/2022
Auto de Infração/NP nº 66514 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0194.00.000

AVISO Nº 2022.165.66514
PA. 34413/2022
Auto de Infração/NP nº 66505 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0175.00.000
AVISO Nº 2022.416.66505
PA. 34413/2022
Auto de Infração/NP nº 66506 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0175.00.000
AVISO Nº 2022.173.66506
PA. 34413/2022
Auto de Infração/NP nº 66507 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0175.00.000
AVISO Nº 2022-165.66507
PA. 34413/2022
Auto de Infração/NP nº 66508 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0175.00.000
AVISO Nº 2022-165.66508
PA. 34413/2022
Auto de Infração/NP nº 66509 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0175.00.000
AVISO Nº 2022.165.66509
PA. 34420/2022
Auto de Infração/NP nº 74650 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0156.00.000
AVISO Nº 2022.416.74650
PA. 34410/2022
Auto de Infração/NP nº 66501 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0156.00.000
AVISO Nº 2022.173.66501
PA. 34410/2022
Auto de Infração/NP nº 66502 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0156.00.000
AVISO Nº 2022.165.66502
PA. 34410/2022
Auto de Infração/NP nº 66503 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0156.00.000
AVISO Nº 2022.165.66503
PA. 34410/2022
Auto de Infração/NP nº 66504 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0156.00.000
AVISO Nº 2022.165.66504
PA. 34400/2022
Auto de Infração/NP nº 74632 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0001.00.000
AVISO Nº 2022.173.74632
PA. 34400/2022
Auto de Infração/NP nº 74634 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0001.00.000
AVISO Nº 2022.165.74634
PA. 34400/2022
Auto de Infração/NP nº 74635 - Lavrado em 27/06/2022
Inscr. Cadastral: 054.61.56.0001.00.000
AVISO Nº 2022.165.74635

SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA Nº 287/2022-SS

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, **RICARDO RUI RODRIGUES ROSA**, no uso de suas atribuições legais e considerando que:

A sífilis congênita, apesar de ser um agravo evitável, ainda permanece como um problema de saúde pública e sua ocorrência evidencia falhas, particularmente da atenção ao pré-natal;

No Brasil, o número de casos de infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) cresce em populações mais vulneráveis, o que aumenta a possibilidade de que ele possa ser transmitido durante a gestação, o parto e o puerpério;

A transmissão vertical da hepatite B para crianças filhas de gestantes HBsAg-reativas ocorre em 70 a 90% dos casos. Estima-se que o risco de desenvolvimento do carcinoma hepatocelular nas crianças infectadas por transmissão vertical pelo vírus da Hepatite B seja cerca de 200 vezes maior que o da população geral, ressaltando a importância do diagnóstico durante o pré-natal.

A transmissão vertical do vírus da hepatite C ocorre em cerca de 5% a 6% das crianças nascidas de gestantes portadoras de HCV, essencialmente aquelas com alta carga viral de HCV no momento do parto, sendo mais frequente em gestantes com coinfeção com o HIV.

Apesar das medidas de intervenção para evitar a transmissão vertical do HIV, da Sífilis e demais infecções congênitas estarem disponíveis em todos os serviços de atenção à saúde da gestante, da puérpera e da criança, uma série de fatores sociais, políticos, econômicos e individuais podem dificultar o acesso desta população a estas medidas, contribuindo para a ocorrência de casos por esta via de transmissão em populações com maior vulnerabilidade. A eliminação da transmissão vertical do HIV e da sífilis congênita é uma prioridade global (Organização Mundial de Saúde/OMS), regional (Organização Pan-Americana da Saúde/OPAS), nacional (Ministério da Saúde/MS) e está contida em vários documentos, tais como: "Eliminação Mundial da Sífilis Congênita: Fundamento Lógico e Estratégia para a Ação" (OMS-2008); "Estratégia e Plano de Ação para a Eliminação da Transmissão Materno Infantil do HIV e da Sífilis Congênita" (OPAS-2010); "Plano Global para Eliminar Novas Infecções por HIV em Crianças e Manter suas Mães Vivas" (UNAIDS/ONUSIDA-2011) e "Rede Cegonha" (MS-2011); Guarulhos notificou em 2021: 31 gestantes HIV; 533 sífilis em gestante; 343 casos novos de sífilis congênita; 5 óbitos de sífilis congênita.

Em 2022, até agosto, temos 01 criança infectada pelo HIV por transmissão vertical, 133 casos de sífilis congênita; 9 óbitos por sífilis congênita; 216 sífilis em gestante e 9 gestantes com HIV notificadas no município; A articulação entre Vigilância, Rede Cegonha, Serviços Especializados, Maternidades e Atenção Básica é fundamental na promoção de ações que ampliem a detecção precoce e o tratamento das infecções em gestantes e congênitas e um comitê de investigação representa um importante avanço no acompanhamento e avaliação permanente das políticas de atenção à saúde, permitindo verificar suas possíveis falhas e contribuindo para a melhoria da qualidade da gestão, vigilância e assistência à saúde,

RESOLVE:

INSTITUIR o **COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL**, composto pelos seguintes representantes, titulares e suplentes:

Departamento de Assistência Integral à Saúde

(Rede Cegonha, APS, Serviços Especializados)

Titular: Camila Luz Frade - CF 39.683

Juliana de Melo - CF 59.358

Suplente: Luciane Regis de Oliveira Mina - CF 41306

Líria Rodrigues dos Santos - CF 60.550

Departamento de Vigilância em Saúde

Programa IST/Aids e Hepatites Virais

Titular: Fernanda Nunes da Matta Carmo - CF 54.906

Beatriz Rosa Lozano Ribeiro - CF 56.993

Suplente: Marina Nairismagi Alves - CF 46.190

Maria Mont Serrat Braga Sabat da Silva Pinto - CF 26.911

Regional de Saúde I

Titular: Joelma Nunes Pereira - CF 53.173

Suplente: Tabatha Rodotá Oliveira de Melo - CF 70.065

Regional de Saúde II

Titular: Jaqueline de Souza Quinteiros - CF 70.654

Suplente: Juliana Maria Cristiane de Souza - CF 48.650

Regional de Saúde III

Titular: Aparecida Gonçalves Braga Silva - CF 59.175

Suplente: Karina Nunes de Oliveira - CF 63.198

Regional de Saúde IV

Titular: Janaina Silva de Castro - CF 70.670

Suplente: Renata dos Santos Silva - CF 61.088

Maternidades

Maternidade Jesus, José e Maria

Titular: Valéria Aparecida da Silva

EXIGIBILIDADE: 20/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de Anlodipino para distribuição e sua falta prejudicaria a população usuária do SUS.
FORCE MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI
 CNPJ: 24.067.457/0001-81
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 26724/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 17070/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37634/2022
 OBJETO: Fornecimento de fralda descartável.
 VALOR: R\$ 13.277,60 (treze mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 9279
 EXIGIBILIDADE: 19/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fraldas descartáveis para atendimento a mandado de segurança e sua falta prejudicaria o atendimento à população usuária do SUS.
FUNDAÇÃO DO ABC
 CNPJ: 57.571.275/0001-00
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12830/2021 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 19339/2022
 LIQUIDAÇÃO: 38569/2022
 OBJETO: Pagamento indenizatório da gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre os partícipes e integrar das U.P.A.'s Cumbica, São João Lavras e P.A. Maria Dirce.
 VALOR: R\$ 217.856,57 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 PERÍODO: Referente ao dia 01/06/2022
 EXIGIBILIDADE: 24/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se do pagamento indenizatório dos serviços médicos prestados nas U.P.A.'s. São João e Cumbica e P.A. Maria Dirce no dia 01/06/2022.
MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
 CNPJ: 94.389.400/0001-84
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 29434/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 12733/2022 e 12735/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37403/2022, 37404/2022 e 37405/2022
 OBJETO: Fornecimento de Metformina.
 VALOR: R\$ 281.750,00 (duzentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta reais), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 452102 e 457326
 EXIGIBILIDADE: 18/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de Metformina para distribuição e sua falta prejudicaria a população usuária do SUS.
MEDEVICES PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
 CNPJ: 24.774.241/0001-56
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 48005/2021 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 16325/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37669/2022
 OBJETO: Fornecimento de cateter duplo.
 VALOR: R\$ 6.707,80 (seis mil, setecentos e sete reais e oitenta centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 6138
 EXIGIBILIDADE: 20/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de cateter duplo utilizados nos hospitais e unidades de pronto atendimento e sua falta prejudicaria a assistência a população usuária do SUS.
MEDICAL CHIZZOLINI LTDA
 CNPJ: 25.067.657/0001-05
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 42073/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 15207/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37347/2022
 OBJETO: Fornecimento de punch para biopsia.
 VALOR: R\$ 4.795,70 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 11341
 EXIGIBILIDADE: 12/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de punch para biopsia utilizados nos hospitais e unidades de pronto atendimento e sua falta prejudicaria a assistência a população usuária do SUS.
MEDIMPORT COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
 CNPJ: 03.434.334/0001-61
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1967/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 17011/2022
 LIQUIDAÇÃO: 38444/2022 e 38445/2022
 OBJETO: Fornecimento de seringa descartável.
 VALOR: R\$ 77.230,00 (setenta e sete mil, duzentos e trinta reais), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 53522 e 53638
 EXIGIBILIDADE: 19/10/2022 e 26/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de seringa descartável para o enfrentamento a Covid-19 e sua falta prejudicaria a assistência à população usuária do SUS.
NEWCARE COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA
 CNPJ: 07.707.978/0001-37
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 44100/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 14957/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37664/2022
 OBJETO: Fornecimento de sonda gástrica.
 VALOR: R\$ 385,34 (trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde,
 NOTA FISCAL: 13106
 EXIGIBILIDADE: 14/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de sonda gástrica utilizados nos hospitais e unidades de pronto atendimento e sua falta prejudicaria a assistência a população usuária do SUS.
NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
 CNPJ: 34.729.047/0001-02
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 27685/2021 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 5208/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37395/2022
 OBJETO: Fornecimento de Budesonida.
 VALOR: R\$ 14.823,82 (catorze mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 26338
 EXIGIBILIDADE: 18/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de Budesonida para distribuição e sua falta prejudicaria a população usuária do SUS.
PLASTIC WAY PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA
 CNPJ: 01.202.521/0001-94
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28681/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 16462/2022 e 16468/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37628/2022 e 37629/2022
 OBJETO: Fornecimento de espaçador aerocâmara Infantil.
 VALOR: R\$ 10.031,00 (dez mil e trinta e um reais), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 18959
 EXIGIBILIDADE: 19/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de espaçador aerocâmara Infantil e sua falta prejudicaria a população usuária do SUS.
PORTAL LTDA
 CNPJ: 05.005.873/0001-00
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6080/2022 e 17256/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 16152/2022 e 16323/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37671/2022 e 37672/2022
 OBJETO: Fornecimento de Metoclopramida e cloreto de sódio.
 VALOR: R\$ 10.481,00 (dez mil, quatrocentos e oitenta e um reais), referente a recursos - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 144405 e 144406
 EXIGIBILIDADE: 19/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de Metoclopramida para utilização nos hospitais e unidades de pronto atendimento e sua falta prejudicaria na assistência à população usuária do SUS.
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS - INSV - INST. DE SAÚDE N. SENHORA DA VITÓRIA

CNPJ: 13.824.560/0001-02
 CONTRATO/PEDIDO: 4322/2021-FMS - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 5122/2022
 LIQUIDAÇÃO: 38543/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 52024/2021 - Secretaria da Saúde
 OBJETO: Gestão compartilhada da execução dos serviços e demais ações de saúde a serem realizadas na unidade de Pronto Atendimento Taboão (UPA Taboão) que assegurem assistência universal e gratuita à população em regime de 24 horas/dia.
 VALOR: R\$ 1.939.905,38 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 PERÍODO: Novembro/2022
 EXIGIBILIDADE: 03/11/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de gestão compartilhada da execução dos serviços e demais ações de saúde a serem realizadas na unidade de Pronto Atendimento Taboão (UPA Taboão) que assegurem assistência universal e gratuita à população em regime de 24 horas/dia e sua falta prejudicaria a população usuária do SUS.
SISPAC MEDICAL LTDA
 CNPJ: 54.565.478/0001-98
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 19097/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 16074/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37391/2022
 OBJETO: Fornecimento de Indicador biológico.
 VALOR: R\$ 45.840,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais), referente a recursos - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 118067
 EXIGIBILIDADE: 18/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de Indicador biológico utilizado nos hospitais e unidades de pronto atendimento e sua falta prejudicaria na assistência à população usuária do SUS.
SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
 CNPJ: 01.107.391/0012-63
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8874/2022 e 21785/2022 - Secretaria da Saúde
 EMPENHO: 16196/2022 e 16698/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37670/2022 e 37675/2022
 OBJETO: Fornecimento de ketocal e alimento para suplementação oral.
 VALOR: R\$ 91.983,60 (noventa e um mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 18359 e 18360
 EXIGIBILIDADE: 20/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de ketocal e alimento para nutrição enteral para distribuição e sua falta prejudicaria os usuários do SUS.
ZMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS EIRELI
 CNPJ: 23.690.002/0001-55
 CONTRATO/PEDIDO: 213/2022 - FMS - Secretaria da Saúde.
 EMPENHO: 12603/2022
 LIQUIDAÇÃO: 37676/2022
 OBJETO: Fornecimento de Canula endotraqueal.
 VALOR: R\$ 904,10 (novecentos e quatro reais e dez centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria da Saúde.
 NOTA FISCAL: 893
 EXIGIBILIDADE: 20/10/2022
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de fornecimento de Cânula endotraqueal utilizadas nas unidades básicas de saúde e sua falta prejudicaria a população usuária do SUS.

SECRETARIA DA FAZENDA

DEPARTAMENTO DO TESOURO CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

Cumprindo as exigências do Artigo 1º da Lei Municipal nº 5.209, de 1º de outubro de 1998, e artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, encontram-se afixadas nos Átrios da Secretaria da Fazenda e do Gabinete do Prefeito, para conhecimento público, as justificativas dos pagamentos que serão efetuados fora da ordem cronológica de pagamento aos seguintes credores:
1º OFICIAL DE REG. DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE GUARULHOS.
 CNPJ: 51.260.743/0001-31
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1130/1971, 1785/2021 e 51438/2022 - Secretaria de Justiça.
 EMPENHO: 11360/2022.
 OBJETO: Buscas, exame e calculo.
 VALOR: R\$ 11,76 (onze reais e setenta e seis centavos).
 NOTA FISCAL: 1130/1971, 1785/2021 e 51438/2022.
 EXIGIBILIDADE: 17/10/2022 e 20/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: O presente tem como objetivo o pagamento de custas e emolumentos referente a serviços diversos.
2º OFICIAL DE REG. DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE GUARULHOS.
 CNPJ: 14.677.911/0001-62
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1096/2020, 8273/1978, 10490/2021e 20571/2000 - Secretaria de Justiça.
 EMPENHO: 598/2022.
 OBJETO: Certidão, busca de número de matrícula, exame e cálculo.
 VALOR: R\$ 205,91 (duzentos e cinco reais e noventa e um centavos).
 NOTA FISCAL: 1096/2020, 8273/1978, 10490/2021 e 20571/2000.
 EXIGIBILIDADE: 17/10/2022, 19/10/2022 e 20/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: O presente tem como objetivo o pagamento de custas e emolumentos referente a serviços diversos.
ALEXANDRE ADÃO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR
 CNPJ: 13.377.997/0001-45
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 30928/2021 - Secretaria de Educação.
 EMPENHO: 2290/2022, 2292/2022, 13432/2022 e 13433/2022.
 OBJETO: Serviço de transporte de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Guarulhos.
 VALOR: R\$ 5.870,16 (cinco mil oitocentos e setenta reais e dezesseis centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria de Educação.
 NOTA FISCAL: 39.
 EXIGIBILIDADE: 20/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: O Programa de Transporte Escolar Gratuito é um serviço fundamental e de relevante interesse publico, tem como objetivo garantir o acesso e permanência dos alunos da Rede Conveniada de Educação.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 CNPJ: 00.360.305/0001-04
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 69620/2018 - Secretaria de Habitação.
 EMPENHO: 18838/2022.
 OBJETO: Tarifa de reprogramação - Recreio São Jorge, Guarulhos - SP.
 VALOR: R\$ 6.459,00 (seis mil quatrocentos e cinquenta e nove reais).
 NOTA FISCAL: 69620/2018.
 EXIGIBILIDADE: 25/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: Recolhimento da tarifa de reprogramação, Pró - Moradia - Urb. Reg. Assent. Precários, referente a devolução de valor de recurso não comprovado.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 CNPJ: 00.360.305/0001-04
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 179/2022 - Secretaria de Obras.
 EMPENHO: 2460/2022.
 OBJETO: Despesas com publicações no Diário Oficial referente a contratos de repasse, de financiamento, tem como objeto - Corredores - Guarulhos/SP, termos de compromisso de recursos vinculados junto à Caixa Econômica Federal.
 VALOR: R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais).
 NOTA FISCAL: 179/2022.
 EXIGIBILIDADE: 18/10/2022 e 24/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de pagamento necessário, visando o bom andamento dos Convênios firmados por esta Municipalidade com os Órgãos Federais.
COOPERATIVA DE PROD AGROPECUÁRIA NOVA SANTA RITA LTDA
 CNPJ: 00.861.664/0001-45.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 45053/2021 - Secretaria de Educação.
 EMPENHO: 7844/2022 e 7846/2022.
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios.
 VALOR: R\$ 157.925,25 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), referente a recursos vinculados - QESE.
 NOTA FISCAL: 103897.

EXIGIBILIDADE: 04/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: Os itens solicitados fazem parte do cardápio da alimentação escolar, distribuídos ponto a ponto, exclusivamente nas Unidades Escolares e Entidades Parceiras desta Municipalidade.
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
 CNPJ: 34.028.316/0031-29
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23936/2020 - Secretaria de Educação.
 EMPENHO: 11050/2022 e 11051/2022.
 OBJETO: Serviços de postagens de correspondências.
 VALOR: R\$ 51,75 (cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria de Educação.
 NOTA FISCAL: 2711341.
 EXIGIBILIDADE: 21/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: Serviços de postagens de correspondências são de natureza essencial.
FERGAVI COMERCIAL LTDA
 CNPJ: 14.968.227/0001-30
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28691/2021- Secretaria de Administrações Regionais.
 EMPENHO: 14976/2022.
 OBJETO: Aquisição de eletrodos.
 VALOR: R\$ 5.918,00 (cinco mil novecentos e dezoito reais).
 NOTA FISCAL: 13136.
 EXIGIBILIDADE: 21/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: A aquisição visa a implantação de iluminação pública em vias públicas, praças, vielas, áreas de lazer e afins.
HDF - LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EVENTOS EIRELI
 CNPJ: 13.104.368/0001-41.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 24952/2022 - Secretaria de Cultura.
 EMPENHO: 18685/2022, 18689/2022, 18788/2022 e 18789/2022.
 OBJETO: Locação de tendas.
 VALOR: R\$ 7.512,48 (sete mil quinhentos e doze reais e quarenta e oito centavos).
 NOTA FISCAL: 169, 170, 172 e 173.
 EXIGIBILIDADE: 16/11/2022 e 17/11/2022.
 JUSTIFICATIVA: Para eventos nos dias 12/10/2022 à 16/10/2022.
INFINIT COMERCIO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS LTDA
 CNPJ: 04.965.583/0003-08
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 33218/2022 - Secretaria de Educação.
 EMPENHO: 8995/2022, 8997/2022, 8998/2022, 10975/2022 e 10976/2022.
 OBJETO: Fornecimento de Uniforme Escolar para Alunos.
 VALOR: R\$ 15.908.499,60 (quinze milhões novecentos e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), referente a recursos vinculados - QESE.
 NOTA FISCAL: 270, 271, 272, 273, 278, 279, 280, 281 e 297.
 EXIGIBILIDADE: 15/10/2022, 20/10/2022 e 01/11/2022.
 JUSTIFICATIVA: Trata-se de kits de uniforme escolar, distribuídos ponto a ponto, exclusivamente nas Unidades Escolares e Entidades Parceiras desta Municipalidade, dando aos alunos condições de frequentar aulas devidamente uniformizados.
IPA INSTITUTO DE PSICOLOGIA APLICADA NOVA ERA LTDA
 CNPJ: 19.239.435/0001-11.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 52015/2022 - Secretaria para Assuntos de Segurança Pública.
 EMPENHO: 11044/2022.
 OBJETO: Serviço de avaliação psicológica para porte de arma de fogo.
 VALOR: R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).
 NOTA FISCAL: 614.
 EXIGIBILIDADE: 25/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: O serviço refere-se a avaliação psicológica para concessão, manutenção e renovação de porte de armas de fogo, à todos os GCM'S de Guarulhos.
NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - EPP
 CNPJ: 25.165.749/0001-10
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 7403/2019 e 33091/2022 - Secretaria de Gestão
 EMPENHO: 5463/2022, 5464/2022, 5865/2022, 8328/2022, 8343/2022, 11379/2022, 11403/2022, 11503/2022 e 11513/2022.
 OBJETO: Fornecimento de combustível para abastecimentos nos veículos da frota municipal.
 VALOR: R\$ 1.211.140,97 (um milhão duzentos e onze mil cento e quarenta reais e noventa e sete centavos), sendo R\$ 637.669,59 (seiscentos e trinta e sete mil seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), referente a Recursos Próprios, R\$ 132.474,08 (cento e trinta e dois mil quatrocentos e setenta e quatro reais e oito centavos), referente a recursos vinculados - FMTT, R\$ 217.117,02 (duzentos e dezessete mil cento e dezessete reais e dois centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria de Saúde e R\$ 223.880,28 (duzentos e vinte e três mil oitocentos e oitenta reais e vinte e oito centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria de Educação.
 NOTA FISCAL: 404313, 418958 e 449218.
 EXIGIBILIDADE: 10/10/2022 e 03/11/2022.
 JUSTIFICATIVA: Os produtos são utilizados no abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.
NOVA SÃO JUDAS TADEU ESCOLA ESPECIAL EIRELLI
 CNPJ: 37.985.277/0001-20
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 48882/2022 - Secretaria de Educação.
 EMPENHO: 18768/2022, 18769/2022, 18771/2022 e 18772/2022.
 OBJETO: Prestação de serviços de mensalidade escolar e atendimentos terapêuticos a educandos.
 VALOR: R\$ 5.345,95 (cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), sendo R\$ 2.614,00 (dois mil seiscentos e quatorze reais), referente a recursos vinculados - QESE e R\$ 2.731,95 (dois mil setecentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria de Educação.
 NOTA FISCAL: 59, 60, 63, 64 e 69.
 EXIGIBILIDADE: 13/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: Refere-se a cumprimento de Sentença Judicial.
NTB COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
 CNPJ: 13.656.358/0001-19.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 30071/2022 - Secretaria de Educação.
 EMPENHO: 10838/2022.
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios.
 VALOR: R\$ 159.120,60 (cento e cinquenta e nove mil cento e vinte reais e sessenta centavos), referente a recursos vinculados - QESE.
 NOTA FISCAL: 7439.
 EXIGIBILIDADE: 28/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: Os itens solicitados fazem parte do cardápio da alimentação escolar, distribuídos ponto a ponto, exclusivamente nas Unidades Escolares e Entidades Parceiras desta Municipalidade.
SUPERFOOD ALIMENTOS LTDA
 CNPJ: 27.339.484/0001-54
 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 45705/2022 - Secretaria de Educação.
 EMPENHO: 14999/2022 e 15000/2022.
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios.
 VALOR: R\$ 137.309,20 (cento e trinta e sete mil trezentos e nove reais e vinte centavos), referente a recursos vinculados - Secretaria de Educação.
 NOTA FISCAL: 5833.
 EXIGIBILIDADE: 22/10/2022.
 JUSTIFICATIVA: Os itens solicitados fazem parte do cardápio da alimentação escolar, distribuídos ponto a ponto, exclusivamente nas Unidades Escolares e Entidades Parceiras desta Municipalidade.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público os seguintes atos administrativos:

LICITAÇÕES AGENDADAS:

PE525/22-DLC PA 17864/22 menor preço exclusivo para Me/Epp/Mei visando aquisição de uniformes para eletricitas. Abertura: 16/11/22 8:30 Disputa: 9:30.
PE526/22-DLC PA 33875/22 menor preço exclusivo para Me/Epp/Mei visando aquisição e serviço de instalação de portas para vestiário. Abertura: 16/11/22 8:30 Disputa: 9:30.
PE527/22-DLC PA 42133/22 menor preço exclusivo para Me/Epp/Mei visando aquisição de aspirador de secreção. Abertura: 11/11/22 8:30 Disputa: 9:30.
PE528/22-DLC PA 40955/22 menor preço com reserva para Me/Epp/Mei visando aquisição de cama hospitalar elétrica. Abertura: 11/11/22 8:30 Disputa: 9:30.
PE529/22-DLC PA 44374/22 menor preço visando aquisição de veículo tipo sedan e veículo tipo SUV. Abertura: 11/11/22 8:30 Disputa: 9:30.
PE530/22-DLC PA14676/22 menor preço exclusivo para Me, Epp e Mei visando aquisição de suprimentos para confecção de crachás. Abertura: 11/11/22 8:30 Disputa: 9:30.
PE531/22-DLC PA35632/22 menor preço exclusivo para Me, Epp e Mei visando aquisição de jaquetas para motociclistas da GCM Guarulhos. Abertura: 16/11/22 8:30 Disputa: 9:30

Concorrência Internacional 58/22-DLC PA 46951/22 técnica e preço visando a contratação de empresa especializada para a elaboração de estudos técnicos, relatórios de análise e programa de ações em logística urbana e transporte de carga. Abertura: 12/12/22 9h.

REPETIÇÃO DE CERTAME:

PE522/22-DLC PA 27220/22 menor preço visando aquisição de paramentos funerários, suporte para coroa e cortina. Abertura: 10/11/22 8:30 Disputa: 9:30.

PE523/22-DLC PA 272/21 menor preço visando aquisição de veículo tipo sedan. Abertura: 16/11/22 8:30 Disputa:9:30.

PE524/22-DLC PA 16146/22 menor preço visando aquisição de naprix, apixabana e outros medicamentos para atender mandado judicial. Abertura: 10/11/22 8:30 Disputa: 9:30.

CP 56/22-DLC PA 2609/20 menor preço global visando contratação de empresa especializada para obras e serviços civis de reforma da unidade de saúde UBS Flor da Montanha - Guarulhos/SP. Abertura: 01/12/22 09h.

CP 57/22-DLC PA 2604/20 menor preço visando contratação de empresa para execução de obras e serviços civis de reforma da unidade de saúde UBS Pimentas. Abertura: 30/11/22 09h.

HOMOLOGAÇÃO:

PE 277/22-DLC PA 26638/21

lotes 01, 02, 07 e 15 - Ricardo Marques Alves

lotes 03 ao 06, 08, 09, 11 ao 14, 16, 18 ao 21 e 24 - 300 Comércio Serviço e Logística Eireli

lote 17 - Del Pama Comércio de Artigos Esportivos Ltda

PE 358/22-DLC PA25565/22

Lote 01 Front Coml Ltda

PE366/22-DLC PA32366/22

Item 01 HGC TAVEIRA COM.DE MÓVEIS EIRELI

PE 360/22-DLC PA 31823/22

Item 01 Partner Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item 02 Deserto

Item 03 Inovamed Hospitalar Ltda

PE 407/22-DLC PA 35573/22

Itens 01 e 02 Partner Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda

PE 396/22-DLC PA 32684/22

Item 01 Viks Elevadores Ltda

PE 393/22-DLC PA 34424/21

Itens 01 a 04 Supreme Comercial Eireli

PE 391/22-DLC PA 34338/22

Lote 01, 02, 04 e 05 GLW Licitações, Turismo e Eventos Ltda

Lote 03 Exo Company Participações Ltda

PP 408/22-DLC PA 16297/22

Item 01 Nevada Rent a Car Ltda

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

CP 24/22-DLC PA 36193/20

JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO:

CP 44/22-DLC PA 28691/20 - A CPL-DLC.02 torna público a **HABILITAÇÃO** da empresa: Egis Engenharia e Consultoria Ltda; Engenharia de Fundações, Projetos e Obras Ltda; ELC Engenharia Ltda e **INABILITAÇÃO** das empresas Central Engenharia e Participações Ltda; Pericial Engenharia Ltda; e Consmara Engenharia Ltda. Fica aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Informamos que o arquivo com o julgamento na íntegra encontra-se disponível no Portal da Transparência, no site oficial da Prefeitura de Guarulhos.

CP 51/22-DLC PA 19135/22 - A CPL-DLC.01 torna público a **HABILITAÇÃO** das empresas: RGSE Projetos e Engenharia Ltda; e Jak - Obras Civis Ltda. Fica aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Informamos que o arquivo com o julgamento na íntegra encontra-se disponível no Portal da Transparência, no site oficial da Prefeitura de Guarulhos.

JULGAMENTO DE PROPOSTA:

CP 33/22-DLC PA 40574/21 - A CPL-DLC.02 **CLASSIFICA** e declara **VENCEDORA** a empresa Estrutural Engenharia e Empreendimentos Ltda. Fica aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Informamos que o arquivo com o julgamento na íntegra encontra-se disponível no Portal da Transparência, no site oficial da Prefeitura de Guarulhos.

LICITAÇÃO FRACASSADA:

PE444/22-DLC PA10856/22

LICITAÇÃO ADIADA "SINE DIE":

PE 471/22 PA 41722/22

SESSÃO PÚBLICA - ABERTURA DE ENVELOPE:

CP 22/22-DLC PA 8022/22-Tendo transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos, a CPL-DLC.02 torna público que a abertura do Envelope "2 - Proposta Comercial" das empresas será realizada no dia 28/10/22 às 9h.

CP 42/22-DLC PA 31051/22-Tendo transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos, a CPL-DLC.02 torna público que a abertura do Envelope "2 - Proposta Comercial" das empresas será realizada no dia 03/11/22 às 14h30.

Concorrência nº 18/22-DLC PA3669/22 Tendo transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos, a CPL-DLC.01 torna público que a abertura do Envelope "2 - Proposta Comercial" das empresas será realizada no dia 04/11/22 às 14h30.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 21/10/22: Onde se lê: CP48/2-DLC PA30762/22. Leia-se: CP48/22 PA30762/21.

AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

PA 46781/2022 Contratante: M.G. (Sec. de Direitos Humanos) Contratada: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE CAPOEIRA ROSA BAIANA Objeto: Participação da Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Rosa Baiana, no evento Apresentação de Capoeira e Toques de Berimbau Fundamento: Art. 25 Inciso III da Lei 8.666/93 Data do Evento: 20/11/2022 Valor: R\$ 1.800,00 Data da Autorização e Ratificação: 20/10/2022.

PA 53599/2022 Contratante: M.G. (Sec. de Cultura) Contratada: TANIA CRISTINA MARTINS GALVÃO 42368644873 Objeto: Participação de Tiago Paganini como Violinista da Orquestra Jovem Municipal no evento Série Aquarela Fundamento: Art. 25 Inciso III da Lei 8.666/93 Data do Evento: 29/10/2022 Valor: R\$ 1.500,00 Data da Autorização e Ratificação: 21/10/2022

E para constar, eu (**MAURÍCIO SEGANTIN**), Chefe de Gabinete do Prefeito, tornei público o presente Diário Oficial.



colheita de informações.

Parágrafo único. No cumprimento da competência de que trata este artigo a Unidade Administrativa de Controle Interno controlará o cumprimento dos prazos, disponibilizando ao Presidente por escrito, em tempo hábil e de forma conclusiva a consolidação das informações colhidas.

Art. 7º Todos os processos, documentos ou informações relacionadas às áreas de atuação do IPREF, quando requisitadas, deverão ser disponibilizadas à Unidade de Controle Interno em prazo determinado por essa unidade.

Art. 8º Quando necessária a apresentação de informações necessárias ao cumprimento do contido na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Transparência) e demais normas municipais, estaduais e federais acerca de transparência, os setores encaminharão as informações consolidadas a Unidade de Controle Interno do IPREF, que de posse, fará os seus controles pertinentes e encaminhará ao servidor designado pela Presidência do IPREF que enviará a informação para o(a) cidadão(ã) requisitante no prazo previsto.

Art. 9º Qualquer intercorrência no cumprimento do prazo fixado pela Unidade de Controle Interno deverá ser comunicada imediatamente antes do vencimento do prazo e apresentada justificativa devidamente fundamentada, a fim de que se verifique a possibilidade de prorrogação e concessão de um prazo suplementar junto aos requisitantes das informações.

Art. 10 Em caso de desídia, informações prestadas a destempo e sem qualquer fundamentação ou qualquer prejuízo que venha a ser causado pela falta de informações, será apurada a respectiva falta funcional do(s)

servidor (es) envolvido(s).

Art. 11 A Unidade de Controle Interno, agirá em conjunto com a Procuradoria do IPREF sempre que ocorrer descumprimento de prazo, sem justificativa por parte do servidor designado (representante da unidade administrativa provocada), encaminhando para ciência da Presidência do IPREF para, se o caso, proceda instauração de procedimento visando apurar a respectiva falta funcional.

Art. 12 Quando necessária a apresentação de informações ao Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Conselhos Administrativo e Fiscal do IPREF, Prefeitura de Guarulhos, Câmara Municipal, entre outros órgãos internos e externos, os setores encaminharão as informações consolidadas a Unidade de Controle Interno do IPREF, que de posse, fará os seus controles pertinentes e encaminhará a Procuradoria do IPREF que fará a peça informativa ao respectivo órgão solicitante no prazo declinado.

Art. 13 As demais atividades e ações de controles internos serão definidas no "Manual de Controles Internos" que deverá ser aprovado por ato da Presidência.

Art. 14 Esta instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as instruções normativas nº 01/2019 e nº 04/2019, assim como as demais disposições em contrário.

Guarulhos, 24 de outubro de 2022.

MARCELA BRAGANÇA ZENATI BARROS
Presidente

**Doadores de
órgãos são
isentos de
pagamento
de serviço
funerário**

Acesse: funeraria.guarulhos.sp.gov.br

**Utilidade
Pública**

**PREFEITURA DE
GUARULHOS**